



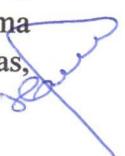
ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS  
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 3<sup>a</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 7º PERÍODO DA 18<sup>a</sup> LEGISLATURA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER  
SOBRE A GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA EDUCAÇÃO DO  
IFPB E DA UFCG, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024.

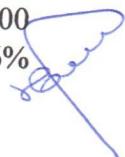
Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, com início às dezoito horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador José Gonçalves da Silva, 1º Secretário "Ad hoc". Compareceram a esta Audiência Pública o Vereador José Gonçalves da Silva Filho (PC do B) e a Vereadora Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS). Os demais Vereadores e Vereadoras: Cicera Bezerra Leite Batista (PSB), David Carneiro Maia (REDE), Decilânio Cândido da Silva (REPUBLICANOS), Emanuel Rodrigues de Araújo (REDE), Fernando Rodrigues Batista (PSB), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (MDB), João Carlos Patrian Junior (MDB), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (MDB), Severino Fernandes Filho (REPUBLICANOS), Marco César Sousa Siqueira (PSB), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS) e Willami Alves de Lucena (PSB) não compareceram a presente Audiência Pública. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: "Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos." Com a palavra, após cumprimentar a todos, o 1º Secretário fez a leitura do dia: "PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. GABINETE DO VEREADOR ZÉ GONÇALVES. REQUERIMENTO N° 497/2024 – SOLICITA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA EDUCAÇÃO DO IFPB E DA UFCG EM PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. Justificativa: Desde dois mil e dezesseis, com o golpe em Dilma e com Temer passando a assumir presidência, tendo, em seguida, assumido Bolsonaro, os servidores públicos federais sequer tinham condições de paralisar as atividades, fazer greve, devido a perseguição às mais diversas categorias. No atual governo Lula, as categorias decidiram paralisar as atividades, fazer greve, para que sejam reparados todos esses ataques praticados pelos governos anteriores. Enquanto vereador sindicalista, defendo a greve e me coloco ao lado de todos os servidores que estão nessa luta: a luta pela recomposição salarial, reestruturação dos planos de cargos carreiras e remuneração, como também a revogação de Leis e Decretos que prejudicam os servidores faz parte da pauta de reivindicações, a recomposição salarial de 34,32% para os técnicos, e de 22,71%, para os docentes, e condições dignas de trabalho". Em seguida, disse: "Por isso a realização da Audiência Pública se faz necessária, para discutir a pauta e

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "José Gonçalves da Silva", is placed at the bottom right of the document.

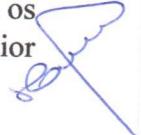
encaminhar as demandas. Além dessa pauta dos servidores federais, nós também estamos trazendo na noite de hoje a pauta dos estudantes que estão sendo prejudicados, historicamente, com o transporte escolar, especificamente os alunos do IFPB, UFCG e UEPB. Como eu concluir meu curso em Tecnólogo em Segurança do Trabalho, no IFPB, fui a primeira turma, de 2009, eu sofri isso na pele, o número de alunos e alunas prejudicados e prejudicadas pela ausência do transporte escolar. Basicamente é a essa nossa solicitação, esse é o nosso pedido pra discussão na noite de hoje.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador José Gonçalves da Silva Filho**: “Boa noite a todos os companheiros e companheiras. A nossa luta aqui em Patos, enquanto vereador sindicalista, não é fácil. Não é porque nós estamos vivenciando uma certa defensiva dos movimentos sociais, do movimento sindical, do movimento estudantil; estamos com a presença muito forte, os resquícios ainda dos últimos anos, da dificuldade de se construir as lutas em nosso país, especialmente depois que a extrema direita ocupou espaço no Poder Executivo e Legislativo e, realmente, dificultou, travou muito. E agora que nós estamos retomando essa luta, muitos imaginavam que, com a eleição de Lula, ‘não, a gente tem que parar, a gente não pode lutar’. Ao contrário, a gente tem é que botar o bloco na rua, a gente tem é que mobilizar, reconstruir e organizar a juventude, as mulheres, os trabalhadores e trabalhadoras pra disputar esse governo, porque as forças reacionárias, as forças atrasadas, as forças conservadoras, as forças da extrema direita, as forças, inclusive, fascistas, estão aí no dia a dia, estão com a mídia, estão com as fake News, estão disseminando mentiras e mais mentiras, e essa questão não é uma situação apenas de Patos, mas da Paraíba, do Brasil e do mundo. Estamos observando que uma delegação brasileira está indo aos Estados Unidos pra construir uma frente em defesa da democracia, uma frente internacional. Então, muita gente imagina que essa questão internacional não tem nada a ver com a nossa situação aqui. Tem tudo a ver! Então, primeiro esse alerta pra retomada da luta, não podemos ficar esperando as coisas acontecerem, a gente tem que fazer parte dessa luta, a gente tem que incentivar, especialmente, a juventude a ocuparem essas ruas, aos trabalhadores e trabalhadoras. Essa é uma situação que a gente vem debatendo no dia a dia, especialmente junto aos movimentos sociais, sindical e todos os movimentos existentes. Essa propositura nossa também tem esse objetivo, porque a greve do IFPB e da UFCG não pode ficar lá dentro da universidade, ela tem que extrapolar, tem que chegar ao povo, e a gente tem muita dificuldade, ainda existe uma muralha muito forte da universidade pra comunidade. Se a gente for historiar aqui, lembrar aqui, a maioria das universidades estão localizadas em bairros pobres, mas a gente não consegue ainda, enquanto estudante, enquanto professor, enquanto funcionário, interagir no sentido da organização desse povo, que não tem moradia, que não tem transporte coletivo, que está desempregado, que a saúde é uma desgraça, que não tem merenda de qualidade, que a violência toma de conta. Então, nós precisamos realmente sermos esses organizadores desse povo, não no sentido de substituí-los, mas de interagir com eles, pra que eles também avancem. Eu tenho certeza que tem muita gente esperando por nós no Mutirão, no Monte Castelo, no Alto da Tobiba, na Vila Teimosa, no Residencial Itatiunga, no São Judas Tadeu. E tem uma dificuldade tremenda aqui em Patos, que é justamente a mobilidade urbana. Nós não temos aqui um transporte coletivo pra deslocamento das pessoas. De segunda a sábado, até meio dia, você tem mototáxi, táxi e alternativo, mas cadê dinheiro? Sete reais, ida e volta, vai pra quatorze reais. Se você tivesse o ônibus coletivo, seria uns dois reais ou, no máximo, cinco reais, você ia e voltava. Eu sempre digo aqui, na Câmara, que não tem nem como pagar uma promessa na Cruz da Menina, quem mora no Alto da Tobiba, quem mora nas Sete Casas,



quem mora no Residencial Itatiunga, porque não tem deslocamento pra essas pessoas. E quem sofre mais, com certeza, é a juventude, mas também têm as pessoas idosas, e toda população sofre no dia a dia. Então, essa Audiência Pública, enquanto vereador sindicalista, eu tenho feito esse esforço pra trazer os movimentos sociais aqui pra dentro da Câmara, porque aqui, pra ser a Casa do povo nós vamos ter que rodar muito ainda, rodar muito ainda. E o esforço vai ser justamente da participação efetiva desses segmentos, da participação efetiva. Então, o objetivo é justamente esse, dessa abertura aqui na Câmara Municipal. Agradecer a presença de todos vocês. A gente sabe que as negociações estão acontecendo, mas esse governo Lula tem que avançar com a demanda dos trabalhadores e trabalhadoras. Não justifica um governo do campo popular, democrático, está dificultando as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras. A gente tem que cobrar, a gente tem que botar o bloco na rua, sem confundir com essa turma da extrema direita, fascista, que não tem moral pra criticar nada. Mas não tem moral mesmo. Agora a gente tem que separar o joio do trigo, mas a gente tem que fazer a luta, tem que cobrar. Tem central sindical aí que está dizendo o seguinte: 'não vamos botar o povo na rua, não, que vai atrapalhar o governo'. Ao contrário, a gente tem que botar o povo na rua pra avançar nas nossas conquistas. Esse é o entendimento nosso. Essa questão da desoneração da folha, nós defendemos a desoneração, nós defendemos, porque pelo menos não vai ter o pretexto pra os empresários dizerem que vai gerar desemprego porque os impactos na folha. Mas nós defendemos a desoneração da folha de pagamento, nós achamos que isso é importante pra avançar na geração de emprego e renda em nosso país. Então, mais uma vez, agradecer e dizer que estamos aqui a disposição. Agradecer a Presidente da Câmara Municipal de Patos, Tide Eduardo, que não tem medido esforços aqui pra atender todas as proposições que foram apresentadas aqui pelo nosso mandato. E, mais uma vez, dizer que essa Audiência Pública, na verdade, é pra ouvir vocês." O Vereador José Gonçalves convidou o Professor Lavoisier, professor do IFPB, pra fazer parte dos trabalhos. Com a palavra, o senhor **Marcos Cordeiro**, estudante do IFPB, disse: "Boa noite. Agradeço a todos que estão aqui presentes, todos os alunos que puderam vim do IFPB/Patos. Vejo que também que têm alunos do ECIT. Eu realizei um discurso, junto com a minha equipe. Primeiro me apresentar: eu sou Marcos, sou presidente do Centro Acadêmico de Engenharia Civil. Fizemos um discurso para poder falar aqui entre vocês. É com grande preocupação que eu venho até esta tribuna para discutir um problema urgente que a gente está diretamente enfrentando, que é a falta de transporte público, gratuito e a mobilidade urbana dos estudantes, tanto do IFPB, como UFCG. Sabemos que é direito de ir e vim, e está previsto na Constituição Brasileira, em seu 5º Artigo, XV, assim também como a facilitação do fluxo urbano prevista em Lei nº 10.257/2021, denominado o Estatuto das Cidades, em seu 2º Artigo, I, que profere: 'A política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e das propriedades urbanas, mediante as seguintes diretrizes gerais, garantindo o direito as cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, aos presentes e futuras gerações'. Nesta noite, como representante de classe estudantil deste município, coloco as seguintes questões, senhores vereadores: enquanto membro do Poder Legislativo é favorável o entendimento de que, enquanto malha urbana, a nossa cidade viola o direito ao acesso e ao fluxo no espaço urbano. A dificuldade diária dos estudantes em acesso aos polos de ensino de educação técnica e superior, da federal, é um fator determinante que contribui para evasão acadêmica ou até mesmo um impedimento para que um jovem cidadão, por não estudar na instituição pública desta

cidade, este é um fato muito importante, muito bem explicado, quando, dentro das nossas salas de aulas, nós nos deparamos numerosamente com estudantes de outros estados e municípios, enquanto um número muito pequeno de jovens patoenses decidem ocupar a instituição federal da sua própria cidade. Isso é visível no IF campus Patos, por exemplo, onde a minoria de estudantes são patoenses, onde o campus Patos está na nossa cidade. Mas se você chegar em qualquer periferia e bairros, muitos nem sabem da existência do IF campus Patos. Senhores vereadores, eu vos pergunto, é justo que um jovem, por exemplo, do Residencial Bivar Olinto tenha que implorar por carona, arriscando a segurança, para conseguir chegar à universidade? E eu acrescento algo pior, que eu presencio, quando adolescentes tentam retornar para cidade, tentando pegar carona com qualquer desconhecido que aparece, voltando a serra do Teixeira. Isso é assustador ver que elas estão se propondo a um crime que pode acontecer, você não sabe quem está dentro daqueles carros. A falta de transporte público e gratuito para os estudantes viola o nosso direito à educação, à mobilidade, à nossa segurança e à nossa integridade. Investir na nossa educação é investir no futuro de nossa cidade e de nosso país. Portanto, apelo aos senhores vereadores que considerem seriamente a implementação de um programa de transporte público para os estudantes do IFPB e da UFCG. Esse não é apenas um incentivo para a educação, mas também um ato de comprometimento social desta Casa Legislativa com o desenvolvimento urbano e humano em garantir o cumprimento de leis, promovendo aos nossos estudantes o desfrute de nossos direitos sem que nenhum estudante seja deixado para trás. Agradeço a atenção de todos, e espero sinceramente que esse assunto seja tratado com urgência e a acessibilidade que merece. O futuro da nossa juventude está em jogo e não há mais tempo para potencializar a violência da nossa juventude e dos nossos direitos. Estamos aqui reivindicando, neste e em outros espaços, a garantia do direito aos jovens e aos nossos estudantes, e já deixando encaminhado que foi realizado levantamento da quantidade de distribuição dos estudantes, querendo que todos atendam, e estamos disponíveis para lançar propostas que efetivamente funcione para todos os estudantes. Muito obrigado.” Atendendo convite da Senhora Presidente, o senhor **Macário Araújo** fez uso da palavra: “Boa noite, Senhora Presidente Tide Eduardo, Vereador José Gonçalves, em nome de quem eu saúdo os demais vereadores aqui presentes, senhoras e senhores. Vou fazer aqui um pequeno resumo da situação em que se encontra a educação e, em especial, das universidades federais. Nos últimos anos, as dificuldades orçamentárias das universidades e institutos federais vêm só se agravando. O papel dessas instituições para a soberania nacional e um desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável do país é inegável, e é de conhecimento que nos dois primeiros governos do Lula houve o maior programa de ampliação dessas instituições, com um aumento correspondente de orçamento, realização de concursos públicos, para professores e servidores, e uma melhoria razoável da carreira dos docentes. Então, cabe o questionamento: por que estamos nessa situação de dificuldades orçamentárias em 2024? Mas há uma desinformação e fake news nesse debate, um aumento já muito conturbado e polarizado da política nacional. O problema orçamentário não é apenas em uma instituição, mas em todas elas. No caso, as sessenta e nove universidades federais e os trinta e oito institutos federais de educação. O orçamento das universidades federais, em 2023, foi de, R\$ 6.268.746.880,00 (seis bilhões, duzentos e sessenta e oito milhões e oitocentos e oitenta reais), mas em 2024 o orçamento dessas instituições é menor, caiu para R\$ 5.957.807,724,00 (cinco bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e sete mil e setecentos e vinte quatro reais), uma queda de R\$ 310.939.000,00 (trezentos e dez milhões, novecentos e trinta e nove mil reais), o que se identifica 4,96% 

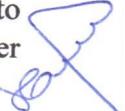
(quatro vírgula noventa e seis por cento) de corte. A fonte desses dados sobre esse orçamento total do MEC está na publicação da Lei Orçamentária Anual, a chamada LOA, que a cada ano é disponível, e inclui todas as fontes e todas as rubricas do MEC. Agora vamos falar da questão do reajuste salarial dos servidores, quase sete anos sem reajuste salarial, passando pelos governos de Michel Temer e do Mito, que na realidade eu concordo com o termo 'mito', porque 'mito' significa aquilo que não é verdade, do Governo Bolsonaro. O Presidente Lula, ao assumir o governo, começou a dialogar com as entidades sindicais que representam os servidores da educação, e, em seguida, editou a Medida Provisória de nº 1.770/2023, determinando um reajuste linear de 9% (nove por cento) para todos os servidores federais, civis, incluindo aposentados e pensionistas, a partir de primeiro de maio de 2023. Mas os salários foram reajustados só em junho; o auxílio alimentação também teve reajuste de 43% (quarenta e três por cento), passando de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais) para R\$ 658,00 (seiscentos e cinquenta e oito reais) mensais. Mesmo assim, o governo sempre gosta de dar reajuste nesses auxílios porque, quando o servidor se aposenta, ele não leva nada, então, esse auxílio de R\$ 658,00 (seiscentos e cinquenta e oito reais), auxílio alimentação, é o menor pago entre os demais servidores. Para se ter ideia, o servidor do judiciário, o auxílio alimentação é R\$ 1.374,00 (mil trezentos e setenta e quatro reais), enquanto que agora o jornal está publicando direto aí, que o governo está dando 52% (cinquenta e dois por cento) de reajuste no auxílio alimentação, no vale saúde, no vale-não-sei-o-que, mas, na realidade, vai continuar sendo ainda menor do que o do Poder Judiciário, do que o dos Correios, do que o do Banco do Brasil, e não sei por que sempre o Poder Executivo, o qual a gente pertence, tudo é menor. Então, o reajuste de valores resultou de um acordo entre o governo e mais de cem entidades representativas de servidores na mesa de negociação permanente, que estava suspensa desde 2016. Mesmo com esses reajustes, o salário continua defasado. Como o poder de compra dos servidores das universidades e dos institutos federais diminuiu bastante nos últimos anos, devido a defasagem salarial, e desde 2023 que as entidades sindicais vêm discutindo o reajuste com o governo, que é só postergando, é só conversa, então os servidores resolveram entrar em greve, para que o governo apresente uma proposta pelo menos razoável de reajuste salarial. No dia dezenove deste mês, o governo apresentou uma proposta de reajuste salarial de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e 3,5% (três e meio por cento) em maio de 2026. Ou seja, o governo propõe 12,5% (doze vírgula cinco por cento) de reajuste salarial para professores e técnicos, divididos em duas parcelas, a serem pagas ainda em 2025 e 2026. Só que as demais categorias, de outros órgãos, como o do Banco Central, o governo propôs 21,8% (vinte e um vírgula oito por cento) em duas parcelas, divididas em 10,9% (dez vírgula nove por cento) a ser pago em 2025 e 2026. Então, enquanto o governo oferece 21,8% (vinte e um vírgula oito por cento), no mínimo, para outras categorias, para nós está oferecendo 2,5% (dois vírgula cinco por cento). Nós, servidores da educação, ou melhor, do Poder Executivo, recebemos o menor salário em comparação aos servidores do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. E temos também o menor valor dos benefícios recebidos. Não entendemos por que, pois é nas universidades que se formam as principais cabeças pensantes deste país, onde seus servidores são os menos remunerados e os menos valorizados. Vou dar um exemplo aqui, um servidor com graduação, especialização e mestrado, tendo em média trinta e nove anos de serviço prestado, hoje recebe R\$ 5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais). Se esse servidor chegar a se aposentar, ele ficaria recebendo menos que esse valor. E devido ao arroxo salarial, sete anos sem reajuste, os servidores ficaram com os salários tão defasados que recorreram a empréstimos, a maior



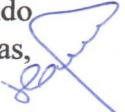
parte, está endividada, através de empréstimos. A gente fica torcendo para que alguém da família não adoeça, a gente fica torcendo que a geladeira não queime, a gente fica torcendo que a televisão também não queime, por quê? Porque se queimar, aquele orçamento já está comprometido. Então, para que possa resolver esse problema, aí recorre a quê? A empréstimo. E quando se aposenta, o vale alimentação, o abono de permanência, que o governo paga, não leva, recebe apenas o salário básico. Então, para terminar de completar, na época do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião, ele disse que tinha colocado uma bomba no bolso dos funcionários públicos federais. Eu não sei por que Paulo Guedes tem uma raiva danada de servidor público, parece que o pai dele foi servidor público. E então a gente está esperando que agora, no Governo Lula, e o Fernando Haddad, que é o Ministro da Economia, disse que o governo ia tirar a bomba do bolso dos funcionários. Então a gente está esperando por esse gesto do Ministro Fernando Haddad, para que a gente possa trabalhar com mais estima, com mais garra e ser mais feliz. Então, senhores, são essas as minhas palavras. Muito obrigado a todos." com a palavra, o **Senhor Messias Almeida** disse: "Boa noite a todos. Cumprimentar a Presidente da Câmara, Tide Eduardo, cumprimento também todos os estudantes, professores, trabalhadores da Câmara, imprensa e autoridades públicas presentes, em especial, os meus colegas técnicos administrativos em educação das instituições públicas de ensino superior da cidade de Patos. Agradeço especialmente ao Vereador José Gonçalves pela propositura desta audiência, onde teremos a oportunidade de explanar a respeito do nosso movimento grevista, iniciado em março e prestes a completar o terceiro mês de duração. Inicialmente, gostaria de falar um pouco sobre a categoria dos técnicos administrativos em educação, que hoje é conhecida pelo acrônimo TAE. Compomos uma das carreiras mais numerosas do serviço público federal. O nosso trabalho é dar suporte para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas instituições de ensino superior, possam ocorrer com a devida instrumentalização; somos responsáveis pelo planejamento de compras, licitações; fiscalização da aplicação dos recursos públicos, seja na prestação de serviço, ou na execução de obras de construção; no pagamento de despesas como salários, bolsas, auxílios estudantis; prestamos suporte pedagógico, psicológico e de assistência social. Muitos pensam que o nosso trabalho não tem tanta relação com a educação, talvez por não nos verem em sala de aula, mas nós estamos nas secretarias dos cursos, nos laboratórios, nas bibliotecas, ambientes fundamentais para o processo de aprendizagem. Ou talvez seja por certo reducionismo, talvez derivado do termo administrativo do nome do cargo, supondo que os servidores da categoria desempenham suas funções apenas nessa área de atuação. Entretanto, apenas no campus de Patos, da UFCG, o corpo técnico tem cargos como: técnicos em laboratório, médicos veterinários, intérpretes de LIBRAS, bibliotecária, pedagoga, assistente social, e num menor número temos também cozinheiras, vigilantes, copeiros, motoristas e por aí vai. Além, obviamente, dos cargos de assistente, auxiliar administrativo, administrador, contador e economista. Infelizmente, uma das características mais marcantes dos tais é o fato de serem a carreira de menor remuneração no serviço público federal. Em contrapartida, nós somos a que possui a maior taxa de evasão, provavelmente decorrente do caso de tão pouca valorização. Para se ter uma ideia, para que alcance um valor máximo de remuneração, o chamado teto, aqueles que ingressaram no cargo de nível superior, que é o mais alto nível da carreira, precisam cursar centenas de horas de capacitação, obter um título de doutorado, e ainda servir por mais de vinte anos. E depois de tanto tempo e tanto trabalho, não receberá nem o equivalente ao salário inicial de muitas carreiras do serviço público. Mais tal situação surgiu do nada, por muito tempo a categoria foi acumulando



perdas salariais, agravadas por um período tenebroso da nossa história, a qual muitos brasileiros foram sujeitos, principalmente os trabalhadores do serviço público, que tiveram que lutar arduamente contra a extinção da carreira, vendo cada vez maior o avanço da terceirização dos serviços administrativos. Com o retorno de um governo aberto ao diálogo, que sempre expressou que a educação seria prioritária em sua gestão, a categoria se sentiu estimulada a lutar por melhorias efetivas na carreira. O movimento 'TAEs na luta' surge no esteio dessa motivação, e conseguiu rapidamente angariar apoio dos servidores em todo país. Desde o início do novo governo do presidente Lula, a federação de sindicatos de trabalhadores técnicos administrativos em instituições de ensino superior públicas do Brasil, a FASUBRA, reforçadas pelo movimento 'TAEs na luta' buscaram negociar reposição salarial da categoria, bem como avançar numa pauta histórica, a restruturação do nosso plano de cargos e carreira, o PCC TAE. Foram meses de muita enrolação, onde o governo se mostrava intransigente em negociar, incoerente com aquele discurso de valorização da educação e dos que nela laboram. Sem vislumbrar uma saída, apenas na base do diálogo, a FASUBRA orientou suas bases a deflagração de uma greve geral, iniciada a partir do dia onze de março, provocando uma onda nacional poucas vezes vistas no país. Logo após, o movimento recebe um grande pulso com a adesão do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da educação básica, profissional e tecnológica o SINASEFE. E de modo conjunto, professores e TAEs dos Institutos Federais em educação, em todo Brasil, entram em greve e a partir do dia quinze de abril, consolidando uma grande mobilização dos profissionais da educação pública no âmbito federal. Na cidade de Patos, os comandos de greve da UFCG, IFPB alinharam as suas atividades, promovendo ações, como: panfletagens, palestras e atos públicos, em consonância com o calendário nacional de mobilizações. No dia dezessete de abril, realizamos um ato público, que não se restringiu as demandas do movimento paredista, convidamos estudantes, professores e movimentos sociais para nos manifestar em defesa da educação de modo amplo, cobrando do governo federal, além do reajuste salarial restruturação da carreira do TAEs, a recomposição do orçamento das Universidades e Institutos Federais, com mais verbas para assistentes estudantil e aquisição de materiais para fins didáticos. Nesta audiência pública, nossa maior reivindicação, direcionada ao poder público municipal, é que se sensibilize com a problemática do acesso ao transporte público dos estudantes patoenses, que têm se desdobrado para se locomover ao IFPB, UEPB e UFCG. Muitos desistem dos cursos por não terem transporte individual nem recurso para custear um transporte por táxi ou mototáxi. Esse problema precisa ser enfrentado. Não podemos admitir que a juventude patoense deixe de obter um diploma numa Faculdade Pública porque o município não lhe oferece os meios de acesso. Concluo, convidando a todos os trabalhadores de Patos a se manifestarem conosco, no dia primeiro de maio, a partir das oito horas, na Praça Getúlio Vargas, em mais uma curva ascendente desse movimento. Deixando explícito que nossa luta não se restringe a valorização salarial e da carreira dos servidores federais de educação, como também vai além de uma reivindicação para que o governo cumpra o seu compromisso de priorizar a educação no Brasil. Nossa luta é por todos os trabalhadores, queremos servir de modelo e estímulo para que aqueles, que tanto padecem em nosso país, possam usufruir das riquezas que produzem. Muito obrigado pela atenção, e vamos à luta." O **Senhor Wagner Alex**, representando a UFCG, fez uso da palavra: "Meus cordiais cumprimentos a todos, meu boa noite extensivo a todos aqueles que aqui se fazem presentes. Meu nome é Wagner, eu sou bioquímico na UFCG, técnico administrativo, e que saio em breve, quem sabe muito em breve, não posso estipular data, mas professor da UFPB Campus de Patos. Agradecer

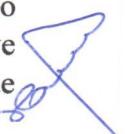


a esta Casa Legislativa por fazer de antemão ecoar a nossa voz pelo espírito democrático que ela enseja, na representatividade dos membros da Mesa, em especial de Zé Gonçalves. Que é um momento bastante oportuno que vivenciamos no nosso país, dilapidado em suas ações, por ingerências que ecoaram ao longo dos anos. E ao contrário do artigo 6º do Plano Nacional da Educação, que prever a acessibilidade como um dos requisitos de acesso à educação, essa acessibilidade perpassa apenas a compreensão de acesso, oferta de conhecimento e saber. Mas o deslocamento da sociedade menos favorecida até os centros de ensinos é um clamor que perpassa ano após ano, e temos visto um verto processo de sucateamento na oferta desta demanda de extrema relevância social, a qual não podemos mensurar. Os polos de ensino existem, mas se não podermos ofertar o deslocamento dessas pessoas das suas residências, dos seus trabalhos, horário flexível, certamente essa oferta será, em algum momento dessa etapa construtiva, prejudicado. E estar nesse momento aqui, de diálogo, faz justamente ecoar nossa voz como, dizem os gregos a plenária, que é onde eles se reunião pra discutir as demandas sociais. Temos visto, através de ingerência governamentais anteriores, uma certa manifestação omissiva, e isso tem se acumulado ao longo dos anos. Talvez quando evocamos a ideia de debate e de servidores públicos federais, nos incita a reflexão de que ocupamos, por ventura, a elite de funcionalismo público, e esquecemos de refletir que isso é processo de precarização, e ele vai muito além da reestruturação de uma carreira e de uma oferta de salário condigno de alimentação ou coisa do gênero. Isso ecoa, quando eu estou no laboratório, na falta reflexiva de insumos laboratoriais básicos para conduzir reações químicas elementares, entre elas: hidróxido de sódio, ácido sulfúrico, perclorato; além de insumos básicos de higiene como, por exemplo, detergente para limpeza das vidrarias. Esse processo de precarização vem desde de demandas opositoras, aqueles que preconizam nos palanques um discurso de que a educação é postulada como a primíssima de suas ações, então ela ocupa nos palanques nacionais, um poder de convencimento que não ecoa na mesma reverberação da sua voz nos palanques. Então ela acaba incorrendo em ocupar o quietismo da vanguarda expositiva naqueles que almejam edificar suas pretensões em face da educação. A reestruturação é um processo que oferece, entre outras, dignidades qualidade de vida as pessoas. E poder estar aqui e compartilhar com a sociedade de classe a demanda, que não é somente nossa, é um convite para agregar o público estudantil, que aqui se faz presente, e também com os professores, ao debate para que a voz de nós, em ressonância e em consonância de ideias, possa despertar a reflexão na sociedade para protestar e reivindicar aquilo que eles dizem propor quando estamos nos processos laboratórios de seus discursos públicos para ocupar cargos públicos. E aqui nós trazemos essas demandas porque entendemos que o estado é partícipe desse processo. Se somos a gentes públicos, estamos para servir, não para sermos servidos. Queremos dignidade com atenção, e podemos oferecer isso quando todos nós participamos desse processo. Oferecer o transporte a UEPB, aos alunos dos Institutos Federais e da UFCG, pra que eles possam conduzir os seus estudos, o seu aprendizado, não é somente a questão de carreira, é uma questão de cumprimento do poder público com o interesse social. O plano nacional da educação prever essa oferta, mas que essa acessibilidade possa ocorrer de fato e de direito. Vemos alunos se deslocando em condições precaríssimas, a pé, e até mesmo de bicicleta para os institutos, se expondo a fatores de riscos, muitas vezes não cumprindo com o processo de conciliação do seu trabalho com os seus estudos. E aqui poder estar, apresentar nossas demandas, conamar o poder público, a sociedade de classe, temos a convicção que só poderemos prover mudanças realmente efetivas quando as Leis se fizerem de fato cumprir no âmbito social: sociedade, alunos, igrejas,

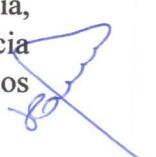


governantes, cidadãos, professores e entidades clássicas; alunos reivindicarem, fazerem sua voz agirem em convergências com as nossas ideias, juntos poderemos construir um processo formativo, educacional, em preceito com aquilo que a nossa bandeira estipula na égide: Ordem e Progresso. Que esse progresso se reflita na qualidade de vida, de melhoria das pessoas, em um estado sócio democrático. E aqui o meu agradecimento a todos por essa oportunidade, e a Zé Gonçalves na representatividade da Mesa. Muito obrigado a todos.” Fez uso da palavra o **professor Lavoisier Moraes**: “Boa noite a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer e saudar a Excelentíssima Senhora Tide Eduardo, que é presidente da Câmara Municipal de Patos, pela possibilidade de estarmos aqui esta noite, podendo está fazendo esse importante debate sobre a educação pública e gratuita. Gostaria também de agradecer em especial o nosso amigo, o Excelentíssimo Senhor o Vereador José Gonçalves, agradecer a Vossa Excelência, pela disponibilidade de atentar e nos atinar pra estamos nesse local, que é um local ideal para se discutir as políticas de Patos e do Brasil, de forma em geral. Lembro muito bem, José Gonçalves, nós que passamos um pouco mais dos trinta anos, eu acabei de fazer trinta anos, quando nós éramos adolescentes, crianças, nós ouvíamos o slogan: ‘o Brasil é o país do futuro’. E nós fomos bitolados, nas décadas de setenta e oitenta, em acharmos que nossa geração estaria mudando a História do Brasil, um país que foi colonizado, que foi roubado, que teve todas as suas riquezas levadas para fora do nosso país, sem trazer nenhum proveito pra nossa sociedade. Mas nós sabíamos e acreditávamos que a melhor forma de nós melhorarmos o Brasil e transformar o Brasil num país do futuro seria através da educação. Eu lembro muito bem, talvez Vossa Excelência não recorde, mas por um período eu estudei na antiga Fundação Francisco Mascarenhas, e, na época, Vossa Excelência fazia parte acho que era do curso de história, salvo engano, e Vossa Excelência fazia parte do diretório estudantil. E numa das reuniões que nós tivemos aqui neste local, que antigamente era uma casa de eventos, nós estávamos organizando uma caravana pra fazermos uma mobilização em João Pessoa, isso no ano de 1994. Desde desse momento que nós já lutávamos pela educação. Na nossa geração, nós tínhamos poucas possibilidades de fazermos cursos superiores na cidade de Patos. Esses cursos se restringiam basicamente àqueles que eram ofertados pela Fundação Francisco Mascarenhas, atual FIP, e a UFCG, que na época tínhamos apenas o curso de Medicina Veterinária e de Engenharia Florestal. Nós tínhamos que nos deslocar para outras cidades, outros grandes centros, como: Campina Grande, João Pessoa, como foi o meu caso, que tive que ir até essa cidade, lá passar cinco, seis anos estudando, longe da família, fazendo todo esse processo, que nós sabemos o quanto doloroso é, muitas vezes passando necessidades, muitas vezes chegávamos ao final do mês sem termos o dinheiro pra comprar os tickets para os ônibus, e ficarmos fazendo rodízios entre os colega que tinham tickets, no final do mês, e, no início do mês, cobríamos aqueles colegas que não tinham dinheiro, porque o nosso sonho era mudar esse país. Foi pensando nesse sonho de mudarmos esse país, que nós ingressamos no serviço público, pra que nós pudéssemos ter e poder promover, para geração dos nossos filhos, uma educação pública de qualidade. Em que momento nós vivemos? Eu lembro muito bem, para muitos que aqui estão, e falo isso especificamente para os nossos alunos, que no ano de dois, quando eu estava concluindo o meu primeiro curso na UFPB, que nós tivemos uma greve naquele ano, que foi até então a maior greve do serviço público na educação pública federal, e eu, enquanto aluno do curso da área de saúde, nós fizemos um piquete e fechamos o Hospital Universitário de João Pessoa, porque nós não aceitávamos a qualidade da nossa educação. Eu lembro bem, quando eu entrei no ano de mil novecentos e noventa e cinco, que todos os estudantes, bastavam apresentar sua

carteira de estudante no RU, e tinham acesso ao RU para se alimentar, o seu almoço e jantar. E lembro muito bem que, lá para o ano de noventa e sete, nós tivemos que fazer um cadastro, e aquilo que era universal, passou a ser apenas para alguns, que demonstraram horário compatível e renda necessária. E hoje, infelizmente, trinta anos depois, quando eu pensei que nós estariámos vivendo aquele nosso sonho, Vossas Excelências, de termos um país do futuro, de termos um país que nós pudéssemos ter uma educação de qualidade, de ponta, que nós pudéssemos ter salas de aulas preparadas, laboratórios com todos os recursos necessários para a realização de aulas práticas para nossos alunos, que nós pudéssemos ter bolsas de pesquisa e extensão para todos aqueles professores ou técnicos administrativos, que quisessem realizar projetos e que nossos alunos tivessem direito a essas bolsas, o que nós vemos hoje é algo completamente alarmante. Indubitavelmente, houve uma melhora na estrutura da educação brasileira nos últimos trinta anos, mas por mais que nós tenhamos melhorado, o que nós vemos hoje é um progressivo sucateamento da educação. O motivo maior de nós estarmos aqui é que esse sucateamento precisa ser combatido. Nós não estamos aqui apenas para buscar melhores salários, que isso fique bem claro para todos. Nós não estamos aqui unicamente para uma melhoria da nossa condição salarial, nós precisamos entender, como já foi relatado aqui, que os orçamentos das instituições federais de ensino nesse país, ao invés de serem ampliados, eles estão sendo reduzidos. Ao invés de nós termos mais contratações de professores e mais contratações de técnicos administrativos, o que nós estávamos vendo são profissionais que estão largando o serviço público, pelas más condições de trabalho e pela ausência de concursos, tanto para professores, como para técnicos administrativos. Com relação a isto, nós podemos falar com mais afinco com relação ao nosso campus, nosso campus Patos, e aqui nós temos representados nossos três diretores, nosso diretor geral, o professor Ronaldo, o nosso professor de ensino, o professor Paulo Roberto, e o nosso diretor administrativo, nosso amigo Ivamar Dantas. Hoje, no campus Patos, nós temos oitenta e três professores em atividade, porém, desses oitenta e três professores em atividade, nós temos três afastados, para programa pós-graduação, e nós temos vinte professores substitutos. Nós temos um terço do nosso quadro formado por professores temporários. Isso demonstra a carência que nós temos para contratação de novos profissionais. Hoje nós não podemos abrir novos cursos porque nós não temos professores para abertura e técnicos administrativos, além de recurso para abertura de novos cursos. O nosso campus tem um programa de expansão para abertura de, por exemplo, o curso de engenharia de software, salvo engano, e nós estamos patinando, porque nós não temos quadro efetivo para abertura desses cursos. Nós estamos num processo de precarização, nós temos trinta e oito técnicos administrativos da educação, e desses trinta e oito, trinta e cinco estão em efetivo exercício, quando, pelo dimensionamento inicial, ou seja, quando nosso campus foi aberto, a proposta era de termos quarenta e cinco técnicos administrativos, há quinze anos, e hoje nós só temos trinta e oito. Nós temos vários colegas técnicos administrativos que estão deixando o instituto, como recentemente nós tivemos um, e assumindo outros concursos, outros cargos públicos, porque são bem mais remunerados. Dentro desse contexto, nós precisamos apenas ressaltar para quem não quer acreditar, e eu tive a oportunidade de fazer outros cursos e outros programas de pós-graduação, em instituições públicas e privadas, que 97% (noventa e sete por cento) de toda produção científica no Brasil, vereadora Tide, ou seja, de tudo aquilo que é considerado ciência no Brasil, é produzido pelas instituições públicas, federais ou estaduais. Mas um detalhe, 99% (noventa e nove por cento) de todas as patentes que são licenciadas no Brasil, anualmente, são frutos de



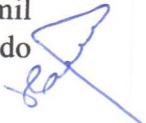
trabalho desenvolvido nas instituições ou por financiamento público. Então, que país é esse que nós vivemos? Que país que nós queremos, vocês para seus filhos, para nossos netos? Que situação nós temos hoje? Eu disse na nossa assembleia, que eu gostaria que me apresentasse motivos para não estarmos em greve. Eu não quero motivos para estarmos em greve, todos os motivos para estarmos em greve nós temos, eu quero saber motivos para não estarmos em greve, não estarmos nessa luta. Zé Gonçalves, Vossa Excelência que foi nosso aluno, na turma pioneira do curso de Tecnólogo em segurança do Trabalho, eu lembro muito bem, eu fui o primeiro professor efetivo do curso de segurança do trabalho, no campus Patos, eu me orgulho muito disso, não porque sou o primeiro, mas porque eu lembro que quando eu cheguei no campus Patos, primeiro, quando eu passei no concurso, a minha primeira preocupação foi ligar para o campus, quando saiu o resultado da minha nomeação, eu liguei para o campus, falei na época com nosso diretor de ensino, que era o professor Hélio, eu disse: Olhe, eu quero conhecer o campus, porque eu quero já iniciar minhas atividades o mais rápido possível. Quando eu cheguei no campus Patos, com certeza Vossa Excelências não lembra da data, mas eu lembro, dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e onze, foi o dia em que me apresentei no campus Patos, nós estávamos funcionando provisoriamente na antiga Escola Agrícola, que hoje é o nosso canil. Quando eu vinha na BR, passei pela UFCG, que eu já conhecia, voltei, passei novamente, e aí eu liguei, eu disse: Hélio, onde é esse Instituto Federal? Porque na frente, tinha o nome Instituto Federal da Paraíba, mas era uma escola, totalmente desorganizada. E na turma dele, que entraram quarenta alunos, que estavam no quarto período, sem nunca ter tido um professor efetivo da área, e eu fui esse primeiro professor que se apresentou, e eu me apresentei no meio do semestre, e qual foi a reação da turma quando eu me apresentei, inclusive capitaneada pelo colega Zé Gonçalves? 'Nós vamos conversar, professor, e vamos decidir se nós vamos trancar o curso ou vamos continuar, porque nós estamos no meio do semestre e agora que nós temos o primeiro professor'. Eu lembro muito bem disso, para mim, foi um choque, mas o nosso campus, que começou pequeno, hoje o campus Patos conta com mil duzentos e onze alunos regularmente matriculados. Desses mil duzentos e onze alunos regularmente matriculados, nós temos duzentos e quinze alunos matriculados no curso de Bacharelado de Engenharia Civil, que foi avaliado recentemente, pelo MEC, com o conceito cinco. Nós temos cento e um alunos em curso de pós-graduação lato sensu, especialização, uma delas de higiene ocupacional, que é uma progressão do nosso curso, e em ciências matemática, se não me engano, o outro curso. Nós temos setenta e três alunos em cursos FIC, que são cursos de curta duração, cursos profissionalizantes, como curso de mulheres empreendedoras na agricultura, como curso Energif, que para energia renováveis. Nós temos quatrocentos e setenta e oito alunos matriculados nos nossos cursos de ensino médio integrado, que são os cursos médio de edificações, eletrotécnica, segurança do trabalho e informática. Nós temos duzentos e dezenove alunos matriculados nos nossos cursos subsequentes, que são cursos pós médios, ou seja, aqueles alunos que terminaram o ensino médio e fazem um curso técnico na área de eletrotécnica, edificações e informática. Nós temos cento e vinte e cinco alunos matriculados no nosso curso de tecnologia e segurança do trabalho, que foi o primeiro federal do Brasil, que é conceito cinco, e é o melhor do Brasil. Vejam a qualidade do nosso ensino, veja a excepcionalidade que o sertão da Paraíba produz, veja o impacto que esse campus, tanto o campus Patos, quanto o campus da UFCG, que eu conheço um pouco, porque tem cursos de excelência, inclusive com curso de pós-graduação de mestrado e de doutorado, vejam a excelência que nós temos. E fico muito triste, Messias e Wagner, porque, um evento que nós fizemos



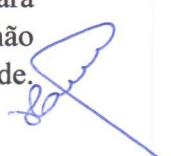
de forma remota, algo me entristeceu bastante, relatos de alunos nossos que informaram que têm dificuldade, não só de chegar ao campus, mas de permanecer no nosso campus, porque não tem alimentação, porque não tem comida. Que vergonha é essa que nós estamos tendo? Não nossa, porque nós não somos gestores desse dinheiro; não dos nossos diretores que estão aqui, que salvo engano, o per capto por aluno é setenta centavos/dia, alguma coisa assim, eu estava pesquisando, é um valor tão irrisório que é repasse de assistência estudantil, para custear alimentação, que em plena segunda década ou terceira década do século vinte e um, nós temos alunos que não tem condições de estudar, porque não tem comida; que não tem condições de transporte, que não tem professores, que não tem técnicos administrativos para auxiliar nas suas atividades; que não tem laboratório, que falta recursos. Eu fico abismado, como nós temos uma PEC, que coloca aproximadamente quarenta bilhões de reais, para custear penduricarias do setor judiciário, para trinta e oito mil funcionários, enquanto o orçamento das Universidades, dos Institutos Federais, não chega a um terço desse valor. Em que país nós vivemos? Que país é esse do nosso futuro? Que futuro os nossos alunos vão ter? Que futuro os nossos filhos, os nossos netos vão ter? Nós estamos aqui, não lutando apenas pelos nossos salários, que isso fique muito bem visto por todos. E a comunidade precisa saber disso, nós precisamos conamar a população a ela entender qual o motivo de estarmos em greve, qual o motivo das nossas reivindicações, porque quando se passa, como se foi falado aqui: 'Vocês são servidores federais, vocês têm um salário acima da média'. Mas não é esse o objetivo simples, nós não queremos apenas reajuste de salário, para que nosso salário seja pelo menos próximo de salários de outros profissionais que carreira iguais às nossas em outros níveis, com mesmo nível, mas nós queremos que o nosso país, verdadeiramente se torne o Brasil do futuro. Muito Obrigado.' Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **jovem Ryana**, representando o IFPB: "Boa noite a todos. Eu sou Ryana, estudante do terceiro ano de edificações do IFPB, campus Patos, retomando a questão do transporte escolar, que é uma questão de suma importância para a gente discutir aqui, que é algo que dificulta muito a nossa permanência no IF, pra gente se locomover, que foi um empecilho para mim, no início, ao entrar no IF, porque se eu não tinha transporte para ir, como eu ia chegar na instituição e permanecer nela, como eu ia estudar? Isso não só acontece comigo, mas com diversos outros estudantes, muitos, na verdade, tanto do integrado, como de Engenharia Civil. A gente precisa desse transporte para se locomover, chegar à instituição, porque, na maioria das vezes, a gente fica dependendo de carona, a gente perde aula porque a gente tem que ir pegar carona, a gente depende dessas caronas, e eu já presenciei muitas vezes pessoas andando de bicicleta, porque não tem os ônibus para se locomover, andando de baixo de sol, de chuva. Então, a gente precisa desses transportes para a gente conseguir se locomover, permanecer na instituição, ter uma melhor adequação, mais segurança, porque carona é muito perigoso, ficar pedindo na estrada. A gente tem aula integrado, até seis horas da noite, então é perigoso para pedir carona. Então, a gente espera que a gente consiga um transporte para se locomover. Eu já estou no meu último ano, que já são três anos assim, e outras pessoas, que já terminaram, e não conseguiram transporte. Então a gente espera que agora a gente a gente consiga. Então é isso. Obrigado a todos." o **Vereador José Gonçalves** disse: "Se algum outro companheiro ou companheira quiser fazer uso da palavra, fique à vontade viu. A audiência aqui é para gente ouvir, e não vai parar por aqui não, passou essa lista, a gente tem que continuar na luta." Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Professor Ronaldo**: "Boa noite a todos e todas. Eu quero em nome do Vereador José cumprimentar toda Mesa, a Vereadora Tide, o colega Lavoisier, os diretores aqui



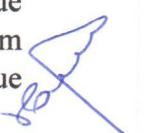
presentes, Paulo, Ivamar, professor Francisco, todos os alunos, técnicos administrativos, em nome de Iana, Suely, Moema, Lucikelly, alunos e regressos também, prazer em tê-los aqui. Gente, não cabe a nós da gestão, em um posicionamento de greve, a gente se posicionar a favor ou contra a greve. Os motivos que levam o servidor público a demandar uma greve são motivos que são toda hora analisado pela sociedade, e nós que fazemos a gestão, a gente não pode nem dizer ao servidor: 'faça uma greve', e nem coibir o direito, que é um direito constitucional. Então, o professor Lavoisier chegou no campus um ano antes de mim, ele historiou um pouco o início da história do campus, das lutas e etc.; e nós sabemos que, no Brasil, as conquistas para as áreas sociais são mais sofridas. Se você pegar as pessoas que trabalham na saúde, na segurança, na educação, a gente vai ver que todas as conquistas desses setores são conquistas mais sofridas, mais aguerridas para se conquistar. Então, na educação não tem sido diferente. E o que nós almejamos é que na educação seja, no Brasil, uma política de estado, não uma política de governo, porque entra um governo que tem uma ideologia mais ligada a determinados setores, sucateia um setor; entra outro, já muda de posição, sucateia outro setor. E o que nós queremos na realidade, é que os nossos impostos sejam transformados em serviço de qualidade para sociedade. É certo que os institutos federais, como todas as escolas no país, eles passam por dificuldades, e nós sabemos que isso é verdade, mas como Lavoisier falou aqui, na hora de dificuldade, como nós tivemos aí uma pandemia, e outras dificuldades que o país, às vezes, enfrenta, o grande seleiro de conhecimento, para medicamentos, tratamentos, novas tecnologias que ajuda a sociedade, saia de dentro das instituições de ensino, e instituições pública de ensino. Os institutos federais, se nós fôssemos um país chamado instituto federal, com todas essas dificuldades, pelos levantamentos que são feitos pelo PISA, nós estaríamos entre as doze melhores educação do mundo. Então, para o que é que nós estamos aqui? Nós estamos aqui para defender que essa qualidade não se perca. Nós estamos aqui para defender, para dizer: 'oh, nós temos qualidade, nós ofertamos qualidade. Nós temos hoje vinte e um campus na Paraíba. Eu cheguei atrasado um pouco, porque nós estávamos participando de uma reunião com a reitoria e outros membros aí. E queremos a construção de mais três campus no estado, hoje já foi assinado, e está em andamento a ordem de doação dos terrenos, em Sapé, Mamanguape e Queimadas, e os institutos federais têm uma capilaridade muito grande, e nós temos uma particularidade, nós atuamos na educação de ensino médio/integrado, atuamos no subsequente, atuamos nos cursos superiores, nas pós-graduações, nos cursos de curta duração, nas modalidades presencial, a distância e híbrido. Então, os institutos têm um papel muito importante na formação da mão de obra, e na formação de acolher os filhos dos trabalhadores, porque quando os institutos surgiram, eles surgiram para acolher os filhos daqueles desafortunados da riqueza, era o título, desafortunados da riqueza, foi a forma bonita, poética, de chamar o caba de pobre, os institutos surgiram nesta mentalidade. E hoje, os institutos federais acolhem pessoas que algumas têm um poder aquisitivo maior, mas grande parte dos nossos alunos são pessoas que se encaixam naqueles programas de viés social, onde a renda familiar não passa de um salário mínimo e meio. Então, esses alunos precisam sim, de auxílios, precisam de material escolar, esses alunos precisam de transporte, precisam de alimentação. Até 2019, por aí, nós não tínhamos nós institutos federais, aqui na Paraíba principalmente, não era praxe a gente ter acesso aquele recurso do PENAE, que seria a merenda escolar. Então, a gente começou a cobiçar aquele recurso, junto com reitoria, e durante a pandemia, a gente transformou aqueles recursos do PENAE em cestas básicas. Durante os anos vinte e vinte e um, nós distribuímos umas cinco mil cestas básicas para os alunos. Nós montávamos uma força tarefa, os ônibus e os carros do



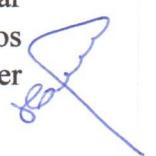
campus saiam para Teixeira, para tudo quanto é canto, iam deixar praticamente na porta dos alunos, mesmo durante a pandemia, que era todo mundo de máscara, com aqueles protetores, nós fazíamos isso. Depois, nós conseguimos transformar esse PENAE em uma merenda. O campus não tem como manipular alimentos, mas nós temos um cardápio elaborado pelo nosso nutricionista, que inclui frutas, iogurte, pão com mortadela, mussarela e outras coisas, e a gente consegue fazer essa alimentação, o lanche, nos períodos, que ele é universal para todos os alunos do campus. Agora nós temos também o atendimento que é do nosso restaurante, para os alunos. Então, nós servimos 300 refeições diárias. Para um campus, que os dados que o professor Lavoisier trouxe da extração, ele não é o dado muito atualizado, mas hoje, em matrícula equivalente, nós já temos mais de dois mil alunos, porque tem aquele aluno que termina ensino médio, e ele fica só esperando TCC e etc. Então, em números per capita, presencial mesmo, o campus Patos hoje, praticamente é João Pessoa, Campina Grande e Patos, porque tem momentos que a gente está ultrapassando Sousa e Cajazeiras em número de alunos. Então, o que nós precisamos, como foi dito aqui, é de recursos para dar condição para que esses alunos sejam bem atendidos. Agora, a cada dia nós vamos dando aqueles passos significativos. Nós tivemos essa avaliação do curso de engenharia civil, estamos trabalhando muita na questão da complementação dos laboratórios do curso, tivemos uma ampliação boa em outros laboratórios de informática, segurança de trabalho do campus, mas é aquela história, para se conseguir uma coisa que seria de direito, que deveria acontecer de forma natural, a gente desprende muita energia para conseguir coisas que são essenciais para nossa educação. Então, o que nós estamos dizendo aqui é o seguinte, como a gente esclarece, não é papel da gestão dizer ao servidor: faça greve ou não faça greve, agora é papel da gestão defender os interesses da instituição, e quando a gente diz os interesses das instituições, nós falamos de pessoas, porque não são prédios, prédios não valem nada sem pessoas, principalmente na educação. Se você quer ver o que é uma tristeza, você vá no campus hoje, e veja um campus sem aluno, que, mal comparando, parece que quase um cemitério, aquela coisa triste. Então, nós defendemos que as pessoas, que os nossos alunos sejam bem atendidos no tocante ao que eles precisam: ter acesso a nossa escola, ter meios de permanecer e que tenham êxito. Então, nós estamos aqui para dizer que esses processos que nós estamos passando é isso, no período de implantação, nós tivemos um bum de recursos, daquela construção, implantação, tal, depois, nós tivemos problemas políticos no país, e esses problemas políticos resultaram em governos que não prestigiaram e não privilegiaram as questões educacionais; essas questões não estão sendo recuperadas na velocidade que nós precisamos. Porque é aquela história, eu nunca gostei daquela história quando o professor diz: 'mais a aluno chega aqui muito sem base'. Eu acho que quando o aluno chega na escola, com base ou sem base, ele está na escola, e é responsabilidade nossa. A base agora tem que dá um jeito. É como a gente dizer que nós temos problemas no país só por coisas passadas. Nós estamos no presente, e precisamos resolver as questões do presente, e não querer fazer política pública, olhando pelo retrovisor e olhando para trás. Então, eu acho que todo cidadão brasileiro deveria sim defender, com unhas e dentes, o nosso sistema de saúde pública, o SUS, e deveria defender a educação pública do país. É um compromisso que a gente tem para com todas as gerações, porque nós somos um país extremamente desigual, e as pessoas que mais precisam do serviço público são aquelas pessoas que têm a renda mais baixa, e é esse público que forma a mão de obra do país. Então, a gente não pode virar as costas para essas questões. Então, como diz o slogan, a nossa greve não é uma greve por salário, não é uma greve por um ponto ou outro, a nossa é uma greve é por educação de qualidade.



Então é isso defendemos, e a cada momento a gente vai lutando. E temos que ter a consciência que em uma luta, em uma greve, nenhum dos dois lados vai conseguir tudo que quer, nem a gente vai conseguir tudo que está pedindo, nem o governo vai dar tudo o que a gente quer, mas nós temos que ter a maturidade de continuar sempre avançando. Então, obrigado.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Pessoal, uma verdadeira aula de direitos, desafios. Ah, se toda as sessões da Câmara, terça e quinta, a gente tivesse essas discussões! Mas eu que a gente não pode sair daqui sem os encaminhamentos. Eu vou pedir para a servidora aqui da Casa pegar o nome e o telefone de cada um, pra gente continuar nessa luta, porque, resumidamente, a gente tem a situação dos servidores e professores, é uma crise da educação, estrutural, a crise é estrutural. Mas eu acho que Ronaldo citou aqui muito bem aqui, um dado importante, a gente está reclamando o passado, a gente tem que agir agora no presente, e o momento é esse. Então, a situação dos servidores é a condição de trabalho e salário, porque é cobrado do auxiliar de serviço até o professor. A situação dos estudantes, essa questão da alimentação é uma coisa séria, e o transporte, gente, especialmente para as mulheres, que são as mais penalizadas, não tenha dúvida. Quase dois mil alunos no IF. E tem a situação da UFCG, que está mais estruturada. Mas vem a questão do transporte, a Prefeitura diz que não é responsabilidade dela, o governo do estado diz que não é responsabilidade dele, é do governo federal, porque é instituto federal, universidade, é responsabilidade. Eu acho que a responsabilidade na verdade é dos três. Ora, eu sou prefeito aqui de Patos e eu quero ver os estudantes em uma situação dessas? De maneira nenhuma! Eu sou vereador, e eu não quero ver, eu quero é solução. O governo do estado é a mesma coisa. Até um tempo atrás eu estava dizendo aqui, dezessete vereadores, um prefeito, um vice, trinta e seis deputados estaduais, doze federais, três senadores, e até ontem não tinha internet em Santa Gertrudes. Para que a gente está servindo? Porque é uma luta, e a gente tem que focar em quê? Qual a demanda da sociedade? Então, a demanda agora é essa, tem que resolver. E eu sugiro aqui que a gente faça uma reunião, o mais rápido, a gente está com muitas atividades, quarta-feira tem o primeiro de maio, a gente vai fazer uma atividade na praça Getúlio Vargas, a partir da sete e meia da manhã, mas a gente vai construir esse grupo de WhatsApp pra encaminhar as coisas. Eu acho que a gente tem que fazer essa luta em Patos, não pode ficar por aqui. Primeiro, vamos divulgar isso pra população. Vamos fazer uma nota: tem tantos no IFPB, tantos alunos na UFCG, tem tantos cursos, esses alunos estão sendo prejudicados por não ter transporte. A gente tem que transmitir isso pra população. A gente vai ter que fazer um ato lá em frente da Prefeitura sim. A gente que vir pra frente da Câmara, fazer um ato aqui, no dia da sessão, terça ou quinta-feira, botar um carro de som e fazer um ato. A gente tem que acionar o Ministério Público Estadual, Federal, a gente que que procurar os deputados, que se dizem representantes do povo. Esse ano é o ano das malvadezas se transformarem em bondades: ‘eu defendo povo’, quando chega aqui, na Assembleia ou Congresso Nacional, vai defender os governos e os seus interesses, em sua maioria. Então, a gente tem que encurralar esse povo. E nós só encurralar esse povo, pressioná-los, com a nossa organização. Não tem como estar admitindo uma coisa dessas. Eu acho que a interferência do Ministério Público a gente tem que procurar, tem que acionar, gente, é um direito. Nós não temos mobilidades urbana aqui em Patos. Por que nós ônibus, coletivos aqui em Patos, quatro meses, e agora desapareceu? Não tem interesse. Inclusive, eu apresentei um Projeto de Lei, aqui na Câmara, proibido a farra dos alvarás. É alvará pra mototaxista, pra taxista, tem praça que não tem um sobrevivente, não tem, mas o caba está com uma carro novo ali, agora é um corola. Pode observar, tem pra que você não ver um táxi pra fazer um chá, porque



incharam e o transporte coletivo não chega por aqui. Aí vamos fica numa situação dessas? Então, a gente tem que travar essa discussão. Eu acredito muito na juventude, acredito também no pessoal que tem essa consciência política, dessa necessidade de a gente fazer essa articulação. Eu acredito muito nesse trabalho com educação, com trabalhadores e trabalhadoras, com a juventude, especialmente. Esse é dos encaminhamentos. Esse histórico que foi colocado aqui, por exemplo, uma redução de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento) no orçamento é barbaridade uma coisa dessas, é um absurdo. Quase sete anos sem reajuste, e como contrapartida a gente ver aí, aumentou em 60% (sessenta por cento) a diária dos deputados. Então, nós estamos o que enfrentando, nós temos lá o Lula, mas se for analisar, o Congresso pior do que o anterior, e só vai piorando. É como afirmara Ulisses Guimarães, quando alguém disse: 'rapaz, esse Congresso está uma desgraça', ele disse: 'espere o próximo'. Então tem piorado. E a gente tem que fazer essa luta. Então, eu gostaria de encerrar aqui, agradecer a presidente Tide Eduardo, agradecer a presença de todos vocês. E que a gente não pare por aqui. O nosso mandato está à disposição de vocês. Quem não me encontrar aqui na Vâmara, vai me encontrar no SINFEMP, na Rua Dezoito do forte, 140, no Bairro de Santo Antônio, que eu sou dirigente sindical. Sou jovem. Inclusive, aqui era o CEU (Clube dos Estudantes Universitários). Eu fui presidente do DCE, que eu sou licenciado em História. E depois, na pior idade, eu fui inventa de fazer o curso do IFPB, quase entrava no jubilamento, uma dificuldade danada de uma área pra outra, mas conclui. Mas fico muito feliz é de tê-los aqui nesta Audiência Pública, de muita qualidade, de muito conteúdo, de muita disposição. A gente observa aqui cada um, o que tem de conhecimento. E a gente tem que realmente fazer esse grande esforço, porque o conhecimento é a única coisa que a gente repassa e não fica pobre, a gente enriquece. Então esta Audiência Pública de hoje é um fortalecimento da nossa luta aqui na Câmara, é uma troca de ideia, experiência e, acima de tudo, de conhecimento. Então, agradecer a todos vocês. E queria assim deixar um indicativo pra essa possibilidade de a gente reunir na próxima semana, ver um dia melhor. Eu posso ir aonde vocês estiverem, posso ir no IFPB, UFCG, podemos fazer a reunião em outro local. Se precisar de espaço, a gente tem como conseguir também, eu só sei que a gente não pode parar aqui, não pode parar. Amanhã tem sessão, tem atividade também nossa, da CTB, quarta feira será dia feriado, primeiro de maio, tem atividades; na quinta tem sessão, mas na próxima semana a gente já poderia já poderia dar uma sentada, independentemente de atendimento ou não das reivindicações por parte do governo federal. Se o governo atender a todas as demandas, a gente vai ter que continuar porque ele não vai atender a questão do transporte para os estudantes. E que tal a gente dar uma forçada na justiça, pra pressionar governo municipal, estadual e federal pra ver essa questão do transporte? Vamos ter que discutir isso. Tudo bem que tudo foi gravado, essa sessão está sendo transmitida, agora essas informações, Francisco, a gente construiu um documento com esses dados, temos tantos estudantes no IFPB, temos tantos estudantes no UFCG, eles precisam de transportes, fazer relação. Por que aqui em Patos tem essa grande contradição, professor Ronaldo, tem mais alunos de outros municípios do que de Patos? As Prefeituras vizinhas fornecem ônibus para os estudantes virem pra Patos, e por que Patos não? Inclusive, esses ônibus foram liberados, você ver ônibus desses até na praia, muitas vezes, em atividade religiosa, turismo. Agora, não pra os estudantes de Patos? O que tem de ônibus amarelinho aí não é brincadeira. É uma coisa que a gente discutir, porque não há essa proibição. Se a Prefeitura Municipal de Patos quiser disponibilizar tantos ônibus, pode disponibilizar sem nem uma dificuldade, porque os outros municípios não estão fazendo isso? Agora, muitas vezes, não disponibilizam porque quem estiver



estudando, filho de vereador, de secretário, de prefeito, de vice e tal, tem seu carrinho pra e voltar, aí não está preocupado com quem vem lá do Patativa do Assaré, no Distrito de Santa Gertrudes. Lá nós já tivemos cinco desistências, cinco. Lá do Campo Comprido, que é outro assentamento; quem mora lá no Residencial Itatiunga, quem mora lá nas Sete Casas, quem mora na Matadouro, na Vila Mariana, como é que vai se deslocar pra o IFPB, pra a UFCG, se não tem transporte coletivo nem pra pagar e não tem essa disponibilidade por parte da Prefeitura? Acho que a gente tem que envolver muita gente nessa luta, vamos envolver a igreja, vamos falar com o senhor Bispo para fazer essa luta com a gente, vamos envolver os deputados. Então, essa reunião, que eu estou propondo aqui, bom, aconteceu a Audiência Pública, foi colocada toda situação, como é que a gente vai encaminhar agora a luta? Bom, poderíamos também discutir isso na Assembleia Legislativa, por que não? Procurar um deputado pra gente pra fazer também essa luta na Assembleia, vamos chegar na Assembleia, tem deputados e deputadas que podem fazer essa luta com a gente. Não representação lá no governo federal? Vamos ver também. O que a gente tem que fazer é encaminhar essa demanda e tentar resolver. Eu sei que tem gente já pensando, muitas vezes quando eu falo dessa questão, até da guerra da Ucrânia, a matança em Gaza, o genocídio contra o povo palestino, quando eu chego nesse cantinho que estás sentado, aí dizem: 'ei, tu és deputado federal, Zé Gonçalves?'. Aí eu não chamo de imbecil porque eu sou muito educado. Mas é aquela visão, aquela viseira que bota em jumento, em burro. Rapaz, a gente de discutir, a situação da Ucrânia está refletindo aqui, da palestina está refletindo aqui. Estão os estudantes nos Estados Unidos sendo presos, um país tão democrático. Eles estão sendo presos lá, semelhante aquelas situação do Vietnã, os estudantes fazendo a luta lá, pra acabar aquele genocídio na faixa de Gaza. Então é uma coisa que interessa a gente, aqui também interessa. Então, enquanto Vereador, eu tenho feito esse esforço de ver as questões gerais que afligem o povo no dia a dia. Veja bem, através de uma greve dos servidores e professores, está se discutindo a questão do transporte dos estudantes. É assim mesmo, e a gente de chamar essa turma pra é demonstrar para o povo de Patos que existe essa problemática. Usar os programas de rádio, inclusive tem um programa do SINFEMP, ontem eu falei no programa sobre essa Audiência Pública, coloquei essa problemática aqui. Então a gente vai ter que fazer esse esforço. Vocês concordam nesse encaminhamento da gente reunir, o mais rápido, pra insistir nessa luta? Agora, ao concluir, dizer o seguinte, nós vamos ter que ampliar o máximo aqui, que independe de questão política ou partidária, todas as pessoas que queiram nos apoiar, que a venham, não interessa, venham. A gente tem de fazer essa luta junto, porque a gente for aqui sectarizar, estreitar, dizer que nós estamos certos e todo mundo está errado, não! Nós vamos ter que ampliar, buscar os segmentos da sociedade, pra gente travar essa luta, que não vai ser fácil, porque, pode ter certeza, é um empurrando pra o outro. Mas eu descobri agora e pensei: por que os amarelinhos vêm de outros municípios e aqui em Patos o amarelinho não pode ir? Então, é uma questão bem local, que é uma grande contradição, você tem mais alunos de outros municípios do que de Patos, no IFPB. É sem lógica isso. Então, mais uma vez, agradecer a presença de todos vocês e a gente convida aqui pra nossa foto oficial. Obrigado." Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública, às dezenove horas e vinte e quarenta minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 29 DE ABRIL DE 2024.



VALTIDE PAULINO SANTOS  
Presidente

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO  
1º Secretário "Ad hoc"